

Requisitos de Uniformidade para Artigos Submetidos a Periódicos Biomédicos: Redação e Edição de Publicações Biomédicas

Atualizado em fevereiro de 2006

Comitê Internacional de Editores de Periódicos Médicos (ICMJE)

I. Declaração de finalidade

- A. Sobre os Requisitos de Uniformidade
- B. Possíveis usuários dos Requisitos de Uniformidade
- C. Como usar os Requisitos de Uniformidade

II. Considerações éticas sobre a realização e publicação de pesquisas

- A. Autoria e contribuição
 - 1. Lista de autores no início do artigo
 - 2. Colaboradores citados nos Agradecimentos
- B. Editoria
 - 1. O Papel do editor
 - 2. Liberdade editorial
- C. Revisão pelos pares
- D. Conflitos de interesse
 - 1. Possíveis conflitos de interesse relacionados aos compromissos dos autores individuais
 - 2. Possíveis conflitos de interesse relacionados ao financiamento do projeto
 - 3. Possíveis conflitos de interesse relacionados aos compromissos dos editores, equipe editorial ou revisores
- E. Privacidade e confidencialidade
 - 1. Pacientes e participantes do estudo
 - 2. Autores e revisores
- F. Proteção dos seres humanos e animais participantes da pesquisa

III. Aspectos editoriais relacionados à publicação em periódicos biomédicos

- A. Obrigatoriedade de publicar estudos negativos
- B. Correções, retratações e “notas de preocupação”
- C. Direitos autorais

- D. Sobreposição de publicações
 - 1. Apresentação duplicada
 - 2. Publicação redundante
 - 3. Publicação secundária aceitável
 - 4. Manuscritos concorrentes baseados no mesmo estudo
 - a. Diferenças na análise ou interpretação
 - b. Diferenças nos métodos de relato ou nos resultados
 - 5. Manuscritos concorrentes baseados no mesmo banco de dados
- E. Correspondência
- F. Suplementos, números temáticos e séries especiais
- G. Publicação eletrônica
- H. Publicidade
- I. Revistas médicas e os meios de comunicação
- J. Obrigatoriedade de registrar estudos clínicos

IV. Preparação e apresentação do artigo

- A. Preparação de um artigo a ser apresentado a periódicos biomédicos
 - 1.
 - a. Princípios gerais
 - b. Diretrizes para relatórios de estudos com projetos específicos
 - 2. Folha de rosto
 - 3. Página de notificação de conflito de interesses
 - 4. Resumo e palavras-chave
 - 5. Introdução
 - 6. Métodos
 - a. Seleção e descrição dos participantes
 - b. Informações técnicas
 - c. Estatística
 - 7. Resultados
 - 8. Discussão
 - 9. Referências
 - a. Considerações gerais sobre as referências
 - b. Estilo e formato das referências
 - 10. Tabelas
 - 11. Ilustrações (figuras)
 - 12. Legendas das ilustrações (figuras)
 - 13. Unidades de medida
 - 14. Abreviaturas e símbolos
- B. O envio do artigo ao periódico

V. Referências

- A. Referências impressas citadas neste documento
- B. Outras fontes de informações relacionadas a periódicos biomédicos

VI. Sobre os editores do Comitê Internacional de Periódicos Médicos

VII. Autores dos Requisitos de Uniformidade para Artigos Submetidos a Periódicos Médicos

VIII. Uso, distribuição e tradução dos Requisitos de Uniformidade

IX. Perguntas

I. Declaração de finalidade

I. A. Sobre os Requisitos de Uniformidade

Em 1978, um pequeno grupo de editores de periódicos médicos em geral reuniu-se informalmente em Vancouver, na Colúmbia Britânica, para estabelecer diretrizes sobre o formato dos artigos apresentados para publicação em suas revistas. O grupo ficou conhecido como Grupo de Vancouver e suas normas para apresentação de artigos, que incluíam formatos de referências bibliográficas desenvolvidas pela Biblioteca Nacional de Medicina (*National Library of Medicine*), foram publicadas pela primeira vez em 1979. O Grupo de Vancouver se ampliou, vindo a transformar-se no *International Committee of Medical Journal Editors - ICMJE* (Comitê Internacional de Editores de Periódicos Médicos), que se reúne anualmente. Gradualmente, o ICMJE ampliou seu escopo de ação para incluir princípios éticos relacionados à publicação em periódicos biomédicos.

O ICMJE produziu várias edições dos Requisitos de Uniformidade para Artigos Submetidos a Periódicos Biomédicos. Com o passar dos anos, surgiram aspectos que ultrapassavam a mera preparação do artigo e que resultaram na elaboração de uma série de Declarações separadas sobre normas editoriais. O documento Requisitos de Uniformidade na sua íntegra foi revisado em 1997; partes dele foram atualizadas em maio de 1999 e maio de 2000. Em maio de 2001, o ICMJE revisou as seções relacionadas com potenciais conflitos de interesse. Em 2003, o comitê revisou e reorganizou o documento inteiro, incorporando ao texto as Declarações publicadas em separado. Esta revisão foi preparada pelo comitê em 2005.

O conteúdo completo dos Requisitos de Uniformidade para Artigos Submetidos a Periódicos Biomédicos pode ser reproduzido para fins educacionais, sem fins lucrativos, independentemente dos direitos autorais (*copyright*); o comitê incentiva a distribuição do material.

Os periódicos que concordam em usar os Requisitos de Uniformidade são estimulados a declarar, em suas instruções para os autores, que suas normas estão em conformidade com os Requisitos de Uniformidade e a citar esta versão. Os periódicos que desejam figurar no site www.ICMJE.org como publicação que seguem os Requisitos de Uniformidade devem entrar em contato com a secretaria

do ICMJE.

O ICMJE é um pequeno grupo de trabalho de periódicos médicos em geral e não uma organização aberta que congrega associados. Eventualmente, o ICMJE pode convidar um novo membro ou convidado quando sentir que o novo periódico ou organização pode contribuir com uma perspectiva necessária e que ainda não exista no comitê. Dentre as organizações abertas a editores e outros interessados em publicações biomédicas figuram a *World Association of Medical Editors* (Associação Mundial de Editores Médicos) www.WAME.org e o *Council of Science Editors* (Conselho de Editores Científicos) www.councilofscienceeditors.

I.B. Possíveis usuários dos Requisitos de Uniformidade

O ICMJE criou os Requisitos de Uniformidade basicamente para ajudar os autores e editores na tarefa de elaborar e distribuir relatos de estudos biomédicos precisos, claros e que sejam de fácil acesso. As primeiras seções abordam os princípios éticos relacionados ao processo de avaliação, aperfeiçoamento e publicação de manuscritos em periódicos biomédicos, assim como o relacionamento entre editores e autores, revisores e a mídia. As seções seguintes tratam dos aspectos mais técnicos da preparação e apresentação dos artigos. O ICMJE acredita que o documento, na sua íntegra, é relevante tanto para autores quanto para editores.

Os Requisitos Uniformes podem fornecer a muitos outros interessados – revisores, editores, a mídia, pacientes e seus familiares, bem como aos leitores em geral – informações úteis sobre o processo de autoria e edição de textos biomédicos.

I. C. Como usar os Requisitos de Uniformidade

Os Requisitos de Uniformidade constituem uma declaração dos princípios éticos a serem observados durante a realização e relato de pesquisas, fornecendo recomendações relativas a elementos específicos de edição e redação. Essas recomendações baseiam-se principalmente na experiência compartilhada de um pequeno número de editores e autores, reunidas ao longo de muitos anos, em vez de se basear nos resultados de uma pesquisa metódica e planejada que aspire a ser “baseada em evidências”. Sempre que possível, as recomendações são acompanhadas de uma análise lógica que as justifique; dessa forma, o documento tem função educativa.

Os autores concluirão que, sempre que possível, é útil observar as recomendações deste documento, pois, conforme descrito nas explicações, além de ajudar a melhorar a qualidade e a objetividade dos relatos nos artigos apresentados a um periódico, a observância das recomendações também facilita o processo de edição. Ao mesmo tempo, cada periódico tem exigências editoriais específicas de acordo com suas finalidades. Por isso, os autores precisam estar familiarizados com as instruções específicas do periódico que escolheram para publicar seu artigo - por exemplo, os tópicos adequados para aquele determinado periódico e os tipos de trabalhos que podem ser apresentados (como artigos originais, revisões ou relatos de caso) – e observar essas instruções. A Biblioteca Mulford, do *Medical College of Ohio*, dispõe de um valioso compêndio de

instruções para autores.

II. Considerações éticas sobre a realização e publicação de pesquisas

A. Autoria e contribuição

II.A.1. Lista de autores no início do artigo

Em geral, considera-se “autor” a pessoa que tenha feito contribuições intelectuais relevantes para um estudo publicado, e a autoria de artigos biomédicos continua a ter implicações acadêmicas, sociais e financeiras importantes. (1) No passado, raramente os leitores recebiam informações sobre as contribuições dos pesquisadores citados na lista de autores ou nos agradecimentos. (2) Atualmente, alguns periódicos exigem e publicam informações sobre as contribuições de cada pessoa mencionada como tendo participado em um estudo apresentado para publicação, pelo menos com relação aos artigos originais. Os editores são incentivados a criar e implementar uma política de contribuição, além de uma política de identificação de quem é responsável pela integridade do trabalho como um todo.

Embora não se possa negar que as políticas de contribuição e responsabilidade eliminem muito da ambigüidade relativa às contribuições, ainda assim permanece a questão da quantidade e qualidade da contribuição necessárias para a qualificação da autoria. O Comitê Internacional de Editores de Periódicos Médicos recomenda a adoção dos seguintes critérios sobre autoria, critérios que também são apropriados para os periódicos que diferenciam autores de outros colaboradores.

- O crédito pela autoria deve-se basear em: 1) contribuições significativas para a concepção e projeto, ou à coleta de dados, ou à análise e interpretação dos dados; 2) redação preliminar do artigo ou revisão crítica para avaliar o conteúdo intelectual; e 3) aprovação final da versão a ser publicada. Os autores devem satisfazer às condições 1, 2 e 3.
- No caso de trabalho realizado por um grupo multicêntrico grande, o grupo deve identificar aqueles indivíduos que aceitaram a responsabilidade direta pelo manuscrito(3). Esses indivíduos devem atender integralmente aos critérios de autoria definidos acima, e os editores solicitarão a eles que preencham formulários específicos do periódico sobre autoria e declaração de conflito de interesses. Ao apresentar um manuscrito elaborado por diversos autores, o autor correspondente deve indicar claramente a forma preferida de citação e identificar todos autores individuais, bem como o nome do grupo. Os periódicos em geral costumam listar os outros membros do grupo na parte de Agradecimentos. A Biblioteca Nacional de Medicina indexa o nome do grupo e os nomes dos autores que o grupo tenha identificado como diretamente responsáveis pelo manuscrito.
- A obtenção de financiamento, a coleta de dados ou a supervisão em geral do grupo de pesquisa não justificam por si só a autoria.
- Todas as pessoas designadas como autoras devem estar qualificadas

para a autoria, e todas aquelas qualificadas devem ser mencionadas.

- Cada autor deve ter participado o suficiente no trabalho, de forma a poder assumir responsabilidade pública por partes específicas do conteúdo.

Atualmente, alguns periódicos exigem também que um ou mais autores, designados como “avalistas”, sejam identificados como as pessoas que assumem a responsabilidade pela integridade do trabalho como um todo, desde a sua concepção até a publicação. Essa informação também deve ser publicada.

Tem se tornado cada vez mais comum atribuir a autoria de estudos multicêntricos a um grupo. Todos os membros do grupo identificados como autores devem satisfazer integralmente aos critérios de autoria definidos acima.

A ordem na lista de autores deve ser uma decisão conjunta dos co-autores. Os autores devem estar preparados para explicar a ordem em que os seus nomes aparecem na lista.

II.A.2. Colaboradores citados nos Agradecimentos

Todos os colaboradores que não preenchem os critérios de autoria devem ser mencionados na seção de Agradecimentos. Exemplos de pessoas que merecem ser mencionadas: aquela que prestou uma ajuda puramente técnica, ajuda na redação ou um chefe de departamento que tenha dado apoio geral. Os editores devem pedir aos autores que mencionem se tiveram ajuda na redação e identifiquem a origem do pagamento por essa ajuda. Os apoios financeiro e material recebidos também deve ser reconhecidos.

Grupos de pessoas que contribuíram materialmente com o artigo, mas cujas contribuições não justificam a autoria, podem ser mencionados sob um título como “pesquisadores clínicos” ou “pesquisadores participantes,” e sua função ou colaboração devem ser descritas, por exemplo, das seguintes formas: “prestaram consultoria científica”, “fizeram uma revisão crítica da proposta do estudo,” “coletaram dados,” ou “prestaram assistência aos pacientes da pesquisa.”

Como os leitores podem inferir que todos aqueles mencionados endossam os dados e conclusões do estudo, é preciso obter autorização por escrito dessas pessoas para que sejam incluídas na seção de Agradecimentos.

II.B Editoria

II.B.1. O Papel do editor

O editor de um periódico é a pessoa responsável pelo conteúdo na sua íntegra. Os proprietários e editores de periódicos médicos têm um objetivo em comum — a publicação de uma revista confiável e de fácil leitura, produzida com o devido respeito pelas finalidades e custos da publicação. As funções dos proprietários e editores, no entanto, são diferentes. Os proprietários têm o direito de nomear e demitir editores e tomar decisões administrativas importantes, nas quais os editores devem participar o máximo possível. Os editores devem ter autoridade completa sobre a determinação do conteúdo editorial da revista. Este conceito de

liberdade editorial deve ser firmemente defendido pelos editores, ainda que isso signifique colocar seus cargos em risco. Para garantir essa liberdade na prática, o editor deve ter acesso direto ao nível mais elevado da administração e não somente a um gerente que represente os proprietários.

Os editores de periódicos médicos devem ter um contrato que especifique claramente os direitos e deveres do editor, os termos gerais da contratação e os mecanismos para a resolução de conflitos.

Um conselho editorial independente pode ser útil para ajudar o editor a estabelecer e manter uma política editorial.

II.B.2. Liberdade editorial

O ICMJE adota a definição de liberdade editorial da *World Association of Medical Editors* (Associação Mundial de Editores Médicos). Essa definição afirma que a liberdade ou independência editorial refere-se ao conceito de que os editores-chefes devem ter total autoridade sobre o conteúdo editorial da revista. Os proprietários do periódico não devem interferir na avaliação, seleção ou edição dos artigos individuais, seja diretamente, seja criando um ambiente que influencie nas decisões. Os editores devem basear suas decisões na validade do trabalho e na sua importância para os leitores do periódico, e não no sucesso comercial da revista. Os editores devem ter a liberdade de expressar opiniões críticas e responsáveis sobre todos os aspectos da Medicina, sem receio de represálias, mesmo que esses pontos de vista entrem em conflito com os objetivos comerciais da editora. Os editores e as associações de editores têm o dever de apoiar o conceito de liberdade editorial e de levar à atenção das comunidades médicas internacionais, acadêmicas e leigas as violações significativas a essa liberdade.

II.C. Revisão pelos pares

A avaliação imparcial, independente e crítica é parte intrínseca de todo o trabalho acadêmico, inclusive do processo científico. A revisão pelos pares é a avaliação crítica dos artigos apresentados aos periódicos, feita por especialistas que não fazem parte do corpo editorial. Essa revisão pode ser vista, portanto, como uma extensão importante do processo científico. Embora seu valor real tenha sido pouco estudado e esteja sendo amplamente debatido(4), a revisão pelos pares ajuda os editores a decidir que artigos são adequados para seus periódicos, ajudando os autores e editores nos seus esforços para melhorar a qualidade dos relatos. Um periódico que adota o sistema de revisão pelos pares é aquele que submete à revisão externa a maioria de seus artigos de pesquisa. A quantidade e o tipo de artigos submetidos a revisão, o número de revisores, os procedimentos de revisão e o uso que se faz das opiniões dos revisores podem variar. Em prol da transparência, cada periódico deve divulgar suas normas de avaliação nas instruções para os autores.

II.D. Conflitos de interesse

A confiança do público no processo de revisão pelos pares e a credibilidade dos artigos publicados dependem, em parte, da forma como se lida com a questão dos conflitos de interesse durante a elaboração do artigo, revisão

pelos pares e tomada de decisões editoriais. O conflito de interesse existe quando um autor (ou a instituição a que pertence o autor), revisor ou editor tem relações financeiras ou pessoais que influenciam inadequadamente (tendenciosidade) suas ações (essas relações são conhecidas também como compromissos duplos, interesses conflitantes ou lealdades conflitantes). Essas relações podem ter potencial insignificante ou potencial significativo para influenciar os julgamentos, embora nem todas as relações caracterizem um verdadeiro conflito de interesses. O potencial para conflito pode existir independentemente de o indivíduo acreditar ou não que a relação afete seu julgamento científico. As relações financeiras (por exemplo, emprego, consultorias, propriedade acionária, honorários e parecer remunerado de especialista) são os conflitos de interesse mais fáceis de identificar e aqueles com maior probabilidade de afetar a credibilidade da publicação, dos autores e da própria ciência. No entanto, os conflitos podem ocorrer por outras razões, tais como relações pessoais, concorrência acadêmica e paixão intelectual.

Todos os participantes do processo de revisão pelos pares e de publicação devem divulgar todas as relações que possam ser consideradas como fontes de possíveis conflitos de interesse. A divulgação dessas relações é importante também com relação aos editoriais e artigos de revisão, pois pode ser mais difícil detectar tendenciosidades nesses tipos de publicações do que em relatos de pesquisas originais. Os editores podem usar as informações obtidas nas declarações de conflitos de interesse e de interesses financeiros como base para tomar decisões editoriais. Os editores devem publicar tais informações se acreditarem que sejam importantes para julgar o manuscrito.

II.D.1 Possíveis conflitos de interesse relacionados aos compromissos dos autores individuais

Quando os autores apresentam um artigo para publicação, seja um artigo ou uma carta, eles são responsáveis por divulgar todas as relações financeiras e pessoais que possam representar tendenciosidade em relação ao seu trabalho. Para evitar a ambigüidade, os autores precisam declarar explicitamente se existem ou não conflitos potenciais. Devem fazer isso no próprio artigo em uma página de notificação de conflito de interesses logo após a página do título, fornecendo detalhes adicionais, se necessário, em uma carta que acompanhe o manuscrito. (*Veja a Seção IV.A.3. Página de Notificação de Conflito de Interesse*)

Os autores devem identificar os indivíduos que ajudaram na redação e divulgar a origem do pagamento por essa ajuda.

Os pesquisadores devem divulgar eventuais conflitos aos participantes do estudo, mencionando isso no artigo.

Os editores precisam também decidir quando publicar as informações divulgadas pelos autores sobre os possíveis conflitos. Se houver dúvida, é melhor pecar por excesso publicando as informações.

II.D.2 Possíveis conflitos de interesse relacionados ao financiamento do projeto

Cada vez mais, os estudos individuais têm recebido financiamento de empresas comerciais, de fundações particulares e do governo. As condições desses financiamentos podem gerar tendenciosidades ou até mesmo desacreditar a pesquisa.

Os cientistas têm obrigação ética de apresentar resultados confiáveis de pesquisas para publicação. Além disso, como pessoas diretamente responsáveis pelo seu trabalho, os pesquisadores não devem firmar acordos que interfiram com seu acesso aos dados e sua capacidade de analisá-los de forma independente, preparar os artigos e publicá-los. Os autores devem descrever o papel do(s) patrocinador(es) do estudo, se for o caso, no projeto do estudo, na coleta, análise e interpretação de dados, na elaboração do relatório e na decisão de apresentar o manuscrito para publicação. Se a fonte do financiamento não teve nenhum tipo de envolvimento, os autores devem declarar isso. As tendenciosidades passíveis de serem introduzidas quando os patrocinadores estão diretamente envolvidos na pesquisa são semelhantes às tendenciosidades metodológicas de outros tipos. Alguns periódicos, portanto, optam por incluir as informações sobre o envolvimento do patrocinador na seção de métodos.

Os editores podem solicitar que os autores de um estudo financiado por uma agência com interesse financeiro ou de propriedade nos resultados da pesquisa assinem uma declaração do seguinte teor, “Eu tive acesso irrestrito a todos os dados deste estudo e assumo total responsabilidade pela integridade dos dados e pela precisão da análise.” Os editores devem ser estimulados a analisar cópias do protocolo e/ou contratos relacionados com os projetos antes de aceitar os estudos para publicação. Os editores podem decidir não aceitar um artigo caso um patrocinador declare ter controle sobre o direito de publicação dos autores.

II.D.3. Possíveis conflitos de interesse relacionados aos compromissos dos editores, equipe editorial ou revisores

Os editores devem evitar selecionar revisores com possíveis conflitos de interesse evidentes, por exemplo, aqueles que trabalham no mesmo departamento ou instituição de um dos autores. Em geral, os autores fornecem aos editores nomes de pessoas que eles sentem que não devem ser convidadas para revisar um artigo devido à existência de possíveis conflitos de interesse, em geral de cunho profissional. Sempre que possível, os autores devem explicar ou justificar suas preocupações; trata-se de uma informação importante para que os editores decidam atender a essas solicitações.

Os revisores devem comunicar aos editores quaisquer conflitos de interesses que possam influenciar suas opiniões sobre o manuscrito, e devem se desqualificar como revisores de manuscritos específicos caso sintam que isso seria inapropriado. Assim como no caso dos autores, o silêncio da parte dos revisores sobre os possíveis conflitos de interesse pode significar que esses conflitos

existem mas não foram declarados, ou que não existem. Os revisores devem, portanto, também ser solicitados a declarar explicitamente se os conflitos existem ou não. Os revisores não devem usar seu conhecimento sobre o trabalho, antes de sua publicação, em prol de seus próprios interesses.

Os editores responsáveis pelas decisões finais sobre os manuscritos não devem ter envolvimento pessoal, profissional ou financeiro com qualquer tema que possam vir a julgar. Outros membros da equipe editorial, que porventura participem das decisões editoriais, devem fornecer aos editores uma descrição atualizada de seus interesses financeiros (se tiverem relação com os pareceres editoriais) e se abster de tomar quaisquer decisões em que tenham um conflito de interesse. A equipe editorial não deve usar as informações obtidas com o acesso aos originais em benefício próprio. Os editores devem publicar regularmente declarações sobre possíveis conflitos de interesses relacionados com os compromissos da equipe editorial.

II.E. Privacidade e confidencialidade

II. E.1. Pacientes e participantes do estudo

Os pacientes têm direito à privacidade e esse direito não deve ser violado sem consentimento informado. Informações de identificação, entre elas nomes dos pacientes, iniciais ou números de prontuários, não devem ser publicados nas descrições escritas, fotografias e heredogramas, a menos que as informações sejam essenciais para finalidades científicas e o paciente (ou seus pais ou responsável) tenha dado seu consentimento escrito informado para publicação. O consentimento informado para essa finalidade requer que o paciente que está sendo identificado leia o artigo a ser publicado. Os autores devem informar a esses pacientes se, após a publicação, algum material potencialmente identificável vai estar disponível na Internet.

Detalhes identificadores devem ser omitidos caso não sejam essenciais. No entanto, o anonimato total é algo difícil de conseguir, e o consentimento informado deve ser obtido se houver qualquer dúvida. Por exemplo, colocar uma tarja nos olhos nas fotografias dos pacientes não é uma forma adequada de proteger o anonimato. Se as características identificadoras são alteradas para proteger o anonimato, como por exemplo em heredogramas, os autores devem garantir que as alterações não distorçam o significado científico e devem registrar essa garantia.

A solicitação de consentimento informado deve ser incluída nas instruções que o periódico dá aos autores. Quando foi obtido consentimento informado, isso deve ser indicado no artigo publicado.

II.E.2. Autores e revisores

Os manuscritos devem ser revisados com o devido respeito à confidencialidade dos autores. Ao apresentar seus manuscritos para revisão, os autores confiam aos editores os resultados de seu trabalho científico e esforço criativo, dos quais sua reputação e carreira podem depender. Os direitos dos autores podem ser

violados pela divulgação dos detalhes confidenciais da revisão de seu manuscrito. Os revisores também têm direito à confidencialidade, direito esse que deve ser respeitado pelo editor. O sigilo pode ter de ser quebrado quando houver suspeita de desonestidade ou fraude; caso contrário, deve ser respeitado.

Os editores não devem divulgar informações sobre os artigos (inclusive o recebimento, conteúdo, o *status* do processo de revisão, as críticas dos revisores ou a decisão final sobre a publicação) a qualquer pessoa além dos autores ou revisores. Isso inclui as solicitações de utilização do material para finalidades judiciais.

Os editores devem deixar claro para seus revisores que os artigos enviados para revisão são informações sigilosas e propriedade particular dos autores. Portanto, os revisores e membros da equipe editorial devem respeitar os direitos dos autores, evitando discutir publicamente sobre o trabalho ou apropriando-se de suas idéias antes de o artigo ser publicado. Os revisores não devem ter permissão para fazer cópias do artigo para seus arquivos e devem ser proibidos de compartilhá-lo com outras pessoas, exceto com a autorização do editor. Os revisores devem devolver ou destruir cópias dos artigos depois de apresentar as revisões. Os editores não devem manter cópias dos artigos rejeitados.

Os comentários dos revisores não devem ser publicados ou trazidos a público de qualquer outra forma, sem a permissão do revisor, autor e editor.

Existe divergência sobre se os revisores devem permanecer no anonimato. Os autores devem consultar as informações fornecidas aos autores do periódico que escolheram para publicar seu artigo para saber se as revisões são anônimas. Quando os comentários não são assinados, a identidade do revisor não deve ser revelada ao autor ou a qualquer outra pessoa, sem a permissão do revisor.

Alguns periódicos publicam os comentários dos revisores junto com o artigo. Esse procedimento não deve ser adotado sem o consentimento dos autores e revisores. No entanto, os comentários dos revisores devem ser enviados a outros revisores do mesmo artigo, o que ajuda os revisores a aprender com o processo de revisão. Os revisores podem ser notificados sobre a decisão do editor.

II.F. Proteção dos seres humanos e animais participantes da pesquisa

Ao relatar experimentos com sujeitos humanos, os autores devem indicar se os procedimentos adotados estavam de acordo com os padrões éticos do comitê de ética em pesquisa (institucionais e nacionais) e com a Declaração de Helsinki de 1975, revisada em 2000(5). Se houver dúvida de que a pesquisa foi realizada de acordo com a Declaração de Helsinki, os autores devem explicar a justificativa de sua abordagem e demonstrar que o comitê de ética em pesquisa aprovou explicitamente os aspectos duvidosos do estudo. Ao relatar experimentos com animais, os autores devem indicar se foram seguidas as diretrizes institucionais e nacionais sobre os cuidados e a utilização de animais de laboratório.

III. Aspectos editoriais relacionados à publicação em periódicos biomédicos

III.A. Obrigatoriedade de publicar estudos negativos

Os editores devem considerar seriamente para publicação qualquer estudo cuidadoso sobre uma determinada questão relevante para seus leitores, quer sejam os resultados negativos (isto é, aqueles que permitem que a hipótese nula seja aceita) ou positivos (ou seja, que a hipótese nula seja rejeitada). Deixar de apresentar ou publicar estudos negativos contribui para a tendenciosidade editorial. Muitos estudos que parecem ser negativos são, na verdade, inconclusivos; a publicação de estudos inconclusivos é problemática, uma vez que pouco acrescentam ao conhecimento biomédico e consomem recursos da revista. A Biblioteca Cochrane pode ter interesse em publicar estudos inconclusivos.

III.B. Correções, retrações e "notas de interesse"

Os editores devem partir do pressuposto de que os autores estejam fazendo relatos com base em observações honestas. Não obstante, dois tipos de dificuldades podem surgir:

- primeira: podem ser encontrados erros em artigos já publicados, o que requer a publicação de uma correção ou errata de parte do trabalho. As correções devem aparecer em uma página numerada, serem incluídas na página do índice, mencionar a citação original completa e com um *link* para o artigo original e vice-versa, se a publicação for eletrônica. Pode acontecer de um erro ser tão grave a ponto de comprometer o trabalho todo, mas isso é pouco provável e deve ser tratado caso a caso pelos editores e autores. Esse tipo de erro não deve ser confundido com impropriedades trazidas à luz pelo advento de novos conhecimentos científicos, no curso normal da pesquisa. Isso não requer correções ou retratações;

- o segundo tipo de dificuldade é a fraude científica. Se surgirem dúvidas significativas quanto à honestidade ou integridade do trabalho, quer tenha sido ele só proposto para publicação ou já publicado, é responsabilidade do editor garantir que a questão seja adequadamente esclarecida, em geral pela instituição que patrocina os autores. No entanto, não costuma ser tarefa dos editores conduzir uma investigação completa ou chegar a uma conclusão definitiva; essa responsabilidade pertence à instituição onde o trabalho foi realizado ou à agência financiadora. O editor deve ser imediatamente informado da decisão final, e se um artigo fraudulento tiver sido publicado, o periódico deve publicar uma retratação. Se deste método de investigação não resultar uma conclusão satisfatória, o editor pode optar por realizar sua própria investigação. Como uma alternativa à retratação, o editor pode decidir publicar uma nota de interesse sobre aspectos da realização ou integridade do trabalho.

A retratação ou nota de interesse, assim designada, deve aparecer em uma

página numerada, em uma seção em destaque da revista impressa assim como na versão on-line, ser citada na página do índice e incluir em seu cabeçalho o título do artigo original. Ela não deve ser uma simples carta ao editor. O ideal é que o primeiro autor seja o mesmo na retratação e no artigo, embora em algumas circunstâncias o editor possa aceitar retratações de outras pessoas responsáveis pelo artigo.

O texto da retratação deve explicar o motivo da retratação e incluir a referência completa do artigo em questão.

Não se pode pressupor a validade de trabalhos anteriores do autor de um artigo fraudulento. Os editores podem solicitar à instituição do autor que confirme a validade de trabalhos anteriores publicados em sua revista ou que esses trabalhos também sejam retratados. Se isso não for feito, os editores podem optar por publicar uma nota expressando sua preocupação de que não existe garantia sobre a validade de trabalhos publicados anteriormente.

III.C. C. Direitos autorais

Muitos periódicos biomédicos solicitam aos autores que transfiram os direitos autorais para a revista. No entanto, um número cada vez maior de periódicos de “livre acesso” não faz essa exigência. Os editores devem deixar clara sua posição quanto à transferência de direitos autorais, tanto para os autores quanto para outras pessoas que possam ter interesse em usar o conteúdo editorial de suas revistas. A política dos direitos autorais em uma determinada revista pode variar: alguns conteúdos não podem ser submetidos à lei de direitos autorais (por exemplo, artigos escritos por funcionários do governo dos Estados Unidos ou de outros países no exercício de seu trabalho); os editores podem concordar em abrir mão dos direitos autorais de outros conteúdos; e outros casos podem estar protegidos pelos direitos de série (isto é, permite-se o uso em publicações que não sejam revistas científicas, inclusive eletrônicas).

III.D. Sobreposição de publicações

III.D.1. Apresentação duplicada

A maioria dos periódicos biomédicos não aceita artigos que tenham sido apresentados simultaneamente para publicação por outras revistas. Entre as principais considerações que motivaram essa decisão, destacam-se: 1) a possível discordância quando duas (ou mais) revistas reivindicam o direito de publicar um artigo que tenha sido apresentado simultaneamente a mais de um periódico; e 2) a possibilidade de que duas ou mais revistas procedam, por desconhecimento e sem necessidade, à revisão pelos pares e à edição do mesmo original, acabando por publicar o mesmo artigo.

No entanto, os editores de periódicos diferentes podem decidir publicar simultaneamente, ou em conjunto, um artigo por acreditarem que, fazendo isso, estarão agindo em benefício da saúde pública.

III.D.2. Publicação redundante

A publicação redundante (ou duplicada) de um trabalho é aquela que repete substancialmente um artigo já publicado na mídia impressa ou eletrônica.

Os leitores de periódicos considerados como fontes primárias, sejam impressos ou eletrônicos, merecem ter a garantia de que estão lendo um artigo original, exceto quando há uma declaração inequívoca de que o artigo está sendo republicado por decisão do autor e do editor. Essa postura se baseia nas leis internacionais de direitos autorais, conduta ética e na utilização eficiente dos recursos. A publicação duplicada de pesquisa original é particularmente problemática, uma vez que pode resultar em contagem dupla inadvertida ou ponderação inadequada dos resultados de um único estudo, o que distorcerá as evidências disponíveis.

A maioria das revistas não deseja receber artigos sobre um trabalho que já tenha sido relatado em grande parte em um artigo já publicado ou que esteja contido em outro artigo já apresentado ou aceito para publicação em outro meio impresso ou eletrônico. Essa política não impede que a revista considere para publicação um artigo que tenha sido rejeitado por outro periódico, ou um texto completo que se segue à publicação de um relato preliminar, tal como um resumo ou pôster apresentado durante um encontro científico. Essa política tampouco impede que os periódicos considerem um trabalho que já tenha sido apresentado em um encontro científico, mas que não tenha sido publicado na íntegra ou que esteja sendo considerado para publicação na forma de anais ou outros formatos similares. Matérias publicadas na imprensa sobre congressos em geral não serão consideradas como quebra dessa regra, mas essas matérias não devem conter dados adicionais ou cópias de tabelas e ilustrações.

Ao apresentar um trabalho para publicação, o autor deve sempre fazer uma declaração completa para o editor sobre todos os envios de trabalhos e textos anteriores que possam ser considerados como publicação redundante ou duplicada do mesmo artigo ou de um artigo muito semelhante. O autor deve alertar o editor caso o artigo inclua sujeitos de pesquisas sobre os quais os autores já tenham publicado um artigo anterior ou apresentado um artigo semelhante para outra publicação. Qualquer relato desse tipo deve ser mencionado no novo texto e citar as respectivas referências. Cópias dessa matéria devem ser incluídas com o artigo sendo apresentado, para ajudar o editor a decidir sobre como lidar com o assunto.

Caso o autor tente publicar um artigo redundante, duplicado ou caso essa publicação efetivamente ocorra sem a devida notificação aos editores, certas medidas editoriais serão tomadas em relação aos autores. No mínimo, a rejeição imediata do artigo apresentado. Caso o editor não tenha conhecimento das violações e o artigo já tiver sido publicado, provavelmente uma notificação de publicação redundante ou duplicada seja publicada, com ou sem a explicação ou aprovação do autor.

A divulgação preliminar, para os meios de comunicação, órgãos governamentais ou indústrias, de informações científicas descritas em um trabalho ou carta ao editor, aceitas porém ainda não publicadas, constitui violação da política editorial de muitas revistas. Esse tipo de divulgação pode ser justificada quando o artigo ou carta descreve avanços terapêuticos importantes ou riscos à saúde pública,

tais como efeitos adversos sérios de fármacos, vacinas, outros produtos biológicos ou dispositivos medicinais, ou doenças de notificação compulsória. Esse tipo de comunicação não deve prejudicar a publicação, mas deve ser previamente discutida e aprovada pelo editor.

III.D.3. Publicação secundária aceitável

Determinados tipos de artigos, como diretrizes criadas por órgãos governamentais e organizações profissionais, podem precisar atingir o maior número possível de leitores. Nesses casos, os editores podem optar deliberadamente pela publicação de matéria que esteja sendo publicada também em outras revistas, com o consentimento dos autores e editores dessas outras publicações. Por diversas razões, a publicação secundária, seja no mesmo ou em outro idioma, especialmente em outros países, é justificável e pode ser útil, desde que todas as condições abaixo sejam satisfeitas:

1. Os autores receberam aprovação dos editores de ambas as revistas; o editor da publicação secundária deve ter uma fotocópia, versão impressa ou um original da versão primária.
2. A prioridade da publicação primária foi respeitada por um intervalo de no mínimo uma semana entre uma publicação e outra (a menos que uma outra conduta tenha sido especificamente negociada com ambos os editores).
3. O artigo para publicação secundária é dirigido a um outro grupo de leitores e uma versão resumida pode ser suficiente.
4. A versão secundária reflete fielmente os dados e interpretações da versão primária.
5. A nota de rodapé na página de rosto da versão secundária informa aos leitores, aos pares e às agências de documentação que o artigo já foi publicado na íntegra ou em parte e menciona a referência primária. Uma nota de rodapé adequada poderia ser: “Este artigo baseia-se em estudo publicado originalmente no [nome do periódico e referência completa].”

A autorização para publicação de um artigo secundário deve ser gratuita.

6. O título da publicação secundária deve indicar que se trata de uma publicação secundária (nova publicação na íntegra, nova publicação resumida, tradução integral do texto, ou tradução resumida) de uma publicação primária. Nota: a Biblioteca Nacional de Medicina não considera as traduções como “novas publicações,” e não cita ou indexa traduções cujo artigo original tenha sido publicado em um periódico indexado no MEDLINE.

III.D.4. Manuscritos concorrentes baseados no mesmo estudo

A publicação de originais que tratam das controvérsias entre co-pesquisadores pode desperdiçar espaço na revista e confundir os leitores. Por outro lado, se os editores conscientemente publicam um original escrito por somente alguns membros de uma equipe de colaboradores, eles podem estar negando ao

restante da equipe seus direitos legítimos de co-autoria; os editores podem também estar negando aos leitores da revista o acesso às diferenças legítimas de opinião sobre a interpretação de um estudo.

Dois tipos de submissões concorrentes são consideradas: submissões de co-pesquisadores que divergem sobre a análise e interpretação de seu estudo, e submissões de co-pesquisadores que divergem quanto aos fatos e sobre que dados devem ser relatados.

Desconsiderando a questão não resolvida da propriedade dos dados, as observações gerais abaixo podem ajudar os editores e outras pessoas a lidar com esses problemas.

III.D.4.a. Diferenças na análise ou interpretação

Se a disputa está centrada na análise ou na interpretação dos dados, os autores devem submeter um original que apresente claramente as duas versões. A diferença de opinião deve ser explicada na carta de apresentação. O processo normal de revisão pelos pares e de revisão editorial do manuscrito pode ajudar os autores a resolver suas discordâncias a respeito da análise ou da interpretação.

Se a controvérsia não puder ser resolvida e o estudo tiver méritos para ser publicado, ambas as versões devem ser publicadas. As opções são publicar dois artigos sobre um mesmo estudo, ou um único trabalho com duas análises ou interpretações. Nesses casos, seria apropriado que o editor publicasse uma declaração descrevendo a divergência e o envolvimento do periódico na tentativa de resolvê-la.

III.D.4.b. Diferenças nos métodos de relato ou nos resultados

Se a controvérsia se referir a opiniões divergentes sobre o que foi realmente feito ou observado durante o estudo, o editor da revista deve recusar a publicação até que a divergência seja resolvida. Não se deve esperar que a revisão pelos pares resolva esses problemas. Se existirem alegações de desonestidade ou fraude, os editores devem informar às autoridades competentes; os autores devem ser notificados da intenção do editor de comunicar suspeita de má conduta durante a pesquisa.

III.D.5. Artigos concorrentes baseados no mesmo banco de dados

Às vezes pode acontecer de os editores receberem artigos de grupos de pesquisa diferentes que analisaram o mesmo conjunto de dados (por exemplo, dados de um banco de dados público). Os artigos podem diferir em seus métodos analíticos, conclusões ou em ambos. Cada artigo deve ser considerado separadamente. Quando as interpretações dos mesmos dados forem muito semelhantes, é razoável, porém não necessário, que os editores dêem preferência ao artigo que foi recebido antes. Entretanto, a avaliação editorial de diversas submissões pode ser justificada nessas circunstâncias, e pode até haver uma boa razão para publicar mais de um artigo, uma vez que as diferentes abordagens analíticas podem ser complementares e igualmente válidas.

III.E. Correspondência

Os periódicos biomédicos devem oferecer aos seus leitores um mecanismo de apresentação de comentários, perguntas ou críticas sobre os artigos publicados, assim como breves relatos e comentários não relacionados a artigos publicados. Isso pode ser feito, embora não necessariamente, por meio de uma seção ou coluna de correspondência. Os autores dos artigos discutidos na seção de correspondência devem ter a oportunidade de responder, preferivelmente na mesma edição em que a correspondência original foi publicada. Os autores da correspondência devem ser solicitados a declarar quaisquer conflitos de interesse.

A correspondência publicada pode ser editada por razões de tamanho, correção gramatical e estilo da revista. Os editores podem optar por publicar correspondência não editada quanto ao tamanho ou estilo, em seções de respostas rápidas na internet; o periódico deve declarar qual a prática editorial adotada a esse respeito. Os autores devem aprovar as mudanças editoriais que alterem o conteúdo ou o tom de uma carta ou resposta.

Embora os editores tenham a prerrogativa de excluir correspondências que sejam irrelevantes, desinteressantes ou pouco convincentes, eles têm também a responsabilidade de permitir que opiniões sejam expressadas. A coluna de correspondência não deve ser usada somente para promover o ponto de vista da revista ou dos editores. Em todos os casos, os editores devem se esforçar para separar as declarações indelicadas, inexatas ou difamatórias, não admitindo alegações *ad hominem* que tenham a intenção de desabonar opiniões ou resultados.

Em nome da imparcialidade e para manter a correspondência dentro de proporções adequadas, as revistas podem estabelecer limites de tempo para respostas aos artigos e às cartas, assim como para o debate sobre um determinado assunto. As revistas devem também decidir se notificam os autores quando uma correspondência a respeito de trabalhos publicados vai aparecer na seção padrão ou na seção de resposta rápida. Os periódicos devem ainda estabelecer normas com respeito ao arquivamento das correspondências não editadas que são publicadas por via eletrônica. Essas normas devem ser publicadas tanto na versão impressa quanto na versão eletrônica da revista.

III.F. Suplementos, números temáticos e séries especiais

Suplementos são coletâneas de artigos que abordam tópicos ou temas relacionados, são publicados como um número separado da revista ou como parte de um número regular e, em geral, são patrocinados por outras fontes que não aquelas que normalmente financiam a publicação da revista. Os suplementos podem servir a algumas finalidades importantes: educação, troca de informações sobre pesquisas, facilidade de acesso a um determinado conteúdo e aperfeiçoamento da cooperação entre entidades acadêmicas e empresariais. Uma vez que as fontes de financiamento podem influenciar o conteúdo dos suplementos pela escolha dos assuntos e pontos de vista, as revistas devem adotar os princípios abaixo indicados. Esses mesmos princípios se aplicam aos

números temáticos ou às series especiais que recebem financiamento externo e/ou tenham editores convidados.

1. O editor da revista deve assumir total responsabilidade pelas políticas, práticas e conteúdo dos suplementos, e ter inclusive o controle completo sobre a decisão de publicar todas as partes do suplemento. Não deve ser permitida a edição pela organização financiadora.
2. O editor da revista deve ter a autoridade para enviar os artigos do suplemento para revisão externa de especialistas, assim como para rejeitar os artigos submetidos ao suplemento. Essas condições devem ser divulgadas para os autores e editores externos dos suplementos, antes do início do trabalho editorial do suplemento.
3. O editor da revista deve aprovar a designação de um editor externo para o suplemento e assumir a responsabilidade pelo trabalho desse editor.
4. As fontes de financiamento da pesquisa, publicação, assim como os produtos que a fonte financiadora produz e que são mencionados no suplemento, devem ser claramente citados em local bem visível do suplemento, preferencialmente em cada página. Sempre que possível, o financiamento deve ser proveniente de mais de um patrocinador.
5. A propaganda nos suplementos deve seguir as mesmas regras daquelas do restante da revista.
6. Os editores devem tornar possível para os leitores distinguir prontamente as páginas normais das páginas dos suplementos.
7. Os editores do periódico e do suplemento não devem aceitar favores pessoais ou remuneração por parte dos patrocinadores dos suplementos.
8. A publicação secundária em suplementos (republicação de artigos previamente publicados em outros periódicos) deve ser claramente identificada por meio de uma citação do trabalho original. Os suplementos devem evitar publicação redundante ou duplicada, bem como republicar resultados de pesquisa, embora a republicação de diretrizes ou de outro material de interesse público possa ser adequada.
9. Os princípios de autoria e a declaração de eventuais conflitos de interesse, já mencionados em outra parte deste documento, devem ser adotados nos suplementos.

III.G. Publicação eletrônica

Atualmente, a maior parte das revistas biomédicas é publicada tanto na versão impressa quanto na versão eletrônica, e algumas são publicadas apenas em formato eletrônico. A publicação eletrônica (que inclui a Internet) deve ter as mesmas características da versão impressa. Em nome da clareza e consistência, as informações médicas e de saúde publicadas na Internet devem seguir as recomendações do presente documento sempre que possível.

A natureza da publicação eletrônica requer algumas considerações especiais, algumas fora do escopo deste documento. No mínimo, os *sites* devem indicar o seguinte: os nomes, as credenciais apropriadas, as afiliações e os eventuais conflitos de interesses dos editores, autores e colaboradores; a documentação e a atribuição das referências e fontes de todos os conteúdos; informações sobre direitos autorais; declaração da propriedade de *site*, do patrocínio, da publicidade e do financiamento comercial.

O estabelecimento de *links* com outros *sites* médicos ou de saúde na Internet pode ser entendido como uma recomendação implícita da qualidade do segundo *site*. Por isso, as revistas devem ter cuidado ao estabelecer *links* com outros *sites*; quando os usuários têm a opção de se conectar a um outro *site*, é conveniente fornecer uma mensagem explícita de que eles estão saindo do *site* da revista. Se os *links* a outros *sites* são utilizados com intenções comerciais, isso deve ser claramente indicado. Todas as datas de inserção e atualização de conteúdo devem ser indicadas. Tanto na apresentação eletrônica quanto na impressa, as mensagens publicitárias e promocionais não podem ser colocadas próximo ao conteúdo editorial, e o conteúdo comercial deve ser claramente identificado como tal.

A publicação eletrônica é uma área que está em constante evolução. Os editores devem criar, colocar à disposição dos autores e implementar normas sobre questões específicas de publicação eletrônica. Essas questões dizem respeito ao arquivamento, correção de erros, controle de versões e escolha entre a forma eletrônica ou impressa da revista como publicação de referência, publicação de material auxiliar e publicação eletrônica.

Em nenhuma hipótese, a revista deve remover um artigo de seu *site* ou arquivo. Caso um artigo precise ser corrigido ou retratado, a explicação deve ser devidamente registrada e comunicada assim que possível, em uma página que possa ser citada em um número subsequente da revista.

A preservação dos artigos eletrônicos em um arquivo permanente é essencial para o registro histórico. O acesso a esse arquivo deve ser imediato e controlado por terceiros, tal como acontece em uma biblioteca, e não pela editora. Recomenda-se manter os artigos em diversos arquivos.

III.H. Publicidade

A maioria das revistas médicas contém anúncios que geram receitas para suas editoras, porém a propaganda não pode influenciar as decisões editoriais. As revistas devem ter uma política formal e explícita sobre publicidade, tanto na versão impressa quanto eletrônica; na versão eletrônica, a política deve ser a mais próxima possível daquela da versão impressa. Os editores devem ter autoridade total e final para aprovar os anúncios publicitários e garantir a observância da política sobre publicidade.

Onde existirem órgãos independentes para analisar os anúncios publicitários, os editores devem recorrer ao parecer desses órgãos. Os leitores devem ser capazes de distinguir rapidamente matéria publicitária de matéria editorial. Deve-se evitar a justaposição de material publicitário e editorial sobre os mesmos produtos ou temas. A inserção de páginas de anúncios dentro dos artigos interrompe o fluxo da leitura do conteúdo editorial, desestimulando os leitores e, portanto, deve ser evitada. O espaço para a inserção de propaganda não deve ser vendido sob a condição de que o anúncio apareça na mesma edição em que um determinado artigo vai ser publicado.

As revistas não devem ser dominadas pela propaganda, e os editores devem

ter cuidado com a publicação de anúncios de apenas um ou dois anunciantes, pois, aos leitores, pode parecer que esses anunciantes influenciaram o editor.

As revistas não devem publicar anúncios de produtos comprovadamente prejudiciais à saúde—por exemplo, cigarros. Os editores devem garantir que as regras do setor e a legislação sobre anúncios publicitários vigentes em seu país sejam cumpridas, ou elaborar suas próprias normas. Os interesses das organizações ou agências não devem controlar anúncios classificados ou de outro formato, exceto quando exigido por lei. Por fim, os editores devem levar em conta todas as críticas feitas sobre os anúncios a serem publicados.

III. I. Revistas médicas e os meios de comunicação

O interesse do público leigo por notícias sobre pesquisas médicas tem levado os meios de comunicação a tentar obter informações sobre essas pesquisas assim que possível. Por vezes, pesquisadores e instituições estimulam a divulgação de pesquisas pela mídia leiga, antes mesmo da publicação na íntegra em um periódico científico. Para isso, realizam coletivas de imprensa ou dão entrevistas.

O público tem direito a ter acesso a informações médicas importantes dentro de um prazo razoável, e os editores têm uma parcela de responsabilidade nesse processo. Os periódicos biomédicos são publicados essencialmente para seus leitores, mas o público em geral tem um interesse legítimo nos conteúdos dessas publicações; portanto, deve haver um equilíbrio para orientar a interação das revistas com os meios de comunicação, para que esses outros interesses sejam atendidos. Os médicos devem ter à sua disposição uma versão integral e detalhada do estudo para poder informar a seus pacientes as conclusões do estudo. Além disso, a divulgação da pesquisa científica pela mídia antes que o trabalho tenha sido revisado por especialistas e publicado na íntegra, pode levar à disseminação de conclusões inexatas ou prematuras.

Em alguns países, estabeleceu-se um sistema de proibição para impedir a publicação de matérias na mídia leiga antes que o trabalho original, no qual a matéria se baseia, seja publicado em revista científica. Essa proibição cria um campo de atuação equilibrado que agrada à maioria dos jornalistas, uma vez que minimiza a pressão sobre eles para que publiquem matérias sem que tenham tido tempo suficiente para prepará-las cuidadosamente. A padronização sobre o momento certo de liberar informações biomédicas para o público é importante também para minimizar o impacto econômico, uma vez que alguns artigos contêm informações com grande potencial para influenciar os mercados financeiros. Por outro lado, o sistema de proibição tem sido acusado de estar beneficiando apenas os interesses das revistas e impedindo a rápida disseminação de informações científicas.

Os editores podem considerar úteis as recomendações abaixo para estabelecer normas sobre essas questões:

- Os editores podem incentivar a transmissão ordenada, para o grande público, de informações médicas fornecidas pelos pesquisadores por meio de revistas que utilizam o sistema de revisão pelos pares. Isso

- pode ser feito mediante um acordo com os autores de que eles não publicarão seu trabalho enquanto seu artigo estiver sendo analisado ou aguardando publicação, bem como mediante um acordo com a mídia de que as matérias não serão divulgadas antes de sua publicação na revista; em troca, a revista colaborará com a mídia na preparação de matérias com conteúdo correto.
- Os editores devem ter em mente que um sistema de proibição funciona com base em um compromisso ético; não existe um mecanismo formal que imponha a implementação ou controle desse sistema. A decisão de um número significativo de meios de comunicação, ou de revistas biomédicas, de não respeitar o sistema de proibição levaria, portanto, à sua rápida dissolução.
 - Somente uma parcela muito pequena das pesquisas médicas tem implicações tão nítidas e de tamanha urgência para a saúde pública que justifique sua divulgação antes da publicação na íntegra em uma revista médica. Nessas circunstâncias excepcionais, no entanto, as autoridades responsáveis pela saúde pública devem tomar a decisão e assumir a responsabilidade pela disseminação antecipada das informações aos médicos e à mídia. Caso o autor e as autoridades competentes desejem que um artigo seja considerado por uma revista em particular, o editor deve ser consultado antes da divulgação ao público. Se os editores estiverem de acordo que o artigo deva ser divulgado imediatamente, deverão abrir mão das normas de restrição à divulgação antes da publicação.
 - As normas destinadas a restringir a divulgação antes da publicação não devem se aplicar às notícias, na mídia, sobre apresentações em congressos científicos ou aos resumos desses encontros (ver Publicação Redundante). Os pesquisadores que apresentam seus trabalhos em um encontro científico devem sentir-se à vontade para discutir suas apresentações com os jornalistas, evitando, porém, fornecer mais detalhes sobre seus estudos do que aquilo que foi apresentado nas palestras.
 - Quando um artigo está próximo de ser publicado, os editores devem auxiliar os meios de comunicação a preparar matérias de boa qualidade e precisas, fornecendo informações, respondendo perguntas, dando exemplares antecipados da revista ou encaminhando os jornalistas para os especialistas no assunto. A maioria dos jornalistas responsáveis entende que essa assistência está condicionada à cooperação da mídia em fazer coincidir a publicação das matérias com a publicação do artigo científico.
 - Os editores, os autores e os meios de comunicação devem aplicar os mesmos princípios descritos acima a todo material divulgado antecipadamente nas versões eletrônicas das revistas.

III.J. Obrigatoriedade de registrar estudos clínicos

O Comitê acredita ser importante criar um banco de dados dos estudos clínicos, que seja abrangente e disponível para o público. O ICMJE define um estudo clínico como qualquer projeto de pesquisa que, de forma prospectiva, designa sujeitos de pesquisa para intervenção, comparação concorrente ou grupos de controle, para estudar a relação de causa e efeito entre uma intervenção médica e um desfecho clínico. Por intervenções médicas entendem-se os fármacos, procedimentos cirúrgicos, dispositivos, tratamentos

de comportamentos, mudanças nos processos de tratamento, etc.

Os editores membros do ICMJE exigirão, como condição para a publicação em suas revistas, que os estudos sejam cadastrados em um registro público de estudos clínicos. Os detalhes desta política estão contidos em **editorials**. O ICMJE estimula os editores de outras revistas biomédicas a adotarem política similar.

O ICMJE não indica nenhum registro em particular, mas as revistas associadas ao ICMJE exigirão que os autores cadastrem seus estudos em um registro que satisfaça alguns critérios. O registro deve ser de acesso público, gratuito, aberto a todos que desejem fazer um cadastro e ser administrado por uma organização sem fins lucrativos. Deve ter um mecanismo para garantir a validade dos dados de registro e possibilitar a busca eletrônica. Um registro aceitável deve conter, no mínimo, os dados mencionados na tabela abaixo. Um registro que tenha campos em branco ou com terminologia pouco informativa é inadequado.

O ICMJE recomenda que as revistas publiquem o número de registro do estudo no final do Resumo.

Conjunto mínimo dos dados do registro*

Item	Comentário
1. Número identificador do estudo	O número identificador do estudo será estabelecido pela entidade principal de registro (o cartório).
2. Data do registro do estudo	A data do registro será estabelecida pela entidade principal de registro.
3. Identificações secundárias	Podem ser atribuídas pelos patrocinadores ou outras partes interessadas (pode não haver nenhuma).
4. Fonte(s) de financiamento	Nome da(s) organização(ões) que financiou(aram) o estudo.
5. Patrocinador principal	A entidade principal responsável pela realização da pesquisa.
6. Patrocinador(es) secundário(s)	A(s) entidade(s) secundária(s), se for o caso, responsável(eis) pela realização da pesquisa.
7. Pessoa responsável para contato	Pessoa que os pacientes interessados em participar da pesquisa devem contatar.
8. Pessoa de contato da	Pessoa de contato sobre questões científicas pesquisa.

9. Título do estudo. Título conciso escolhido pelo grupo de pesquisa (pode ser omitido se os pesquisadores assim o desejarem).
10. Título científico oficial do estudo Este título deve incluir o nome da intervenção, a doença sendo estudada e o desfecho (por ex., Estudo Internacional da Digoxina e Morte por Insuficiência Cardíaca Congestiva).
11. Comissão de ética em pesquisa Por ocasião do registro, o estudo obteve a aprovação de um comitê de ética (sim/não)? (Supõe-se que todos os estudos cadastrados sejam aprovados por um comitê de ética antes do seu início).
12. Patologia A patologia sendo estudada (por ex., asma, infarto do miocárdio, depressão).
13. Intervenção(ões) Descrição do estudo e o controle/comparação da(s) intervenção(ões) (no caso de um fármaco ou qualquer outro produto registrado para venda ao público em qualquer lugar do mundo, esse é o nome genérico; para um produto ainda sem registro oficial, aceita-se o nome genérico ou o número de série da indústria farmacêutica). A duração da(s) intervenção(ões) deve ser especificada.
14. Principais critérios de inclusão e exclusão. Principais características dos pacientes que determinam a elegibilidade para participação no estudo.
15. Tipo de estudo O banco de dados deve ter um menu em cascata (*drop-down*) para seleção, incluindo opções de mascaramento aleatório vs. não aleatório, tipo de mascaramento (por ex., cego, duplo-cego), tipos de controles (por ex., placebo, ativo) e alocação de grupos (por ex., paralelo, cruzado, fatorial).
16. Data prevista para o início do estudo Data estimada para inscrição do primeiro participante.
17. Tamanho da amostra Número total de sujeitos de pesquisa que os pesquisadores planejam inscrever antes de fechar o estudo para outros participantes.
18. *Status* do recrutamento Esta informação está disponível (sim/não)? (Em caso afirmativo, crie um atalho para a informação).
19. Desfecho primário O desfecho primário que o estudo pretende avaliar. A descrição deve incluir o momento em que o desfecho é avaliado (por ex., pressão arterial aos 12 meses).
20. Desfechos Os desfechos secundários especificados no protocolo.

secundários A descrição deve incluir o momento da avaliação (por ex.,
depuração da creatinina aos 6 meses).

*Os campos de dados foram especificados em reunião convocada pela OMS em abril de 2005; os comentários explicativos são do ICMJE.

IV. Preparação e apresentação do artigo

IV.A. Preparação de um artigo a ser apresentado a periódicos biomédicos

Os editores e revisores passam muitas horas lendo artigos e, por isso, preferem receber artigos fáceis de ler e de editar. Muitas das informações inseridas nas instruções aos autores têm por objetivo uma formatação que satisfaça às necessidades específicas de cada periódico. As diretrizes que se seguem fornecem uma base geral e uma fundamentação lógica para a preparação de artigos para qualquer revista.

IV.A.1.a. Princípios gerais

Em geral, o texto de artigos observacionais e experimentais é (porém não necessariamente), dividido em seções com os seguintes títulos: Introdução, Métodos, Resultados e Discussão. Essa estrutura denominada “IMRAD” não é simplesmente um formato arbitrário de publicação, mas, ao contrário, um reflexo direto do processo de descoberta científica. Artigos longos podem precisar de subtítulos em algumas seções (principalmente nas seções Resultados e Discussão) para tornar o conteúdo mais claro. Outros tipos de artigos, tais como relatos de caso, revisões e editoriais, provavelmente necessitam ser estruturados em outros formatos.

A publicação em formatos eletrônicos criou oportunidades de acrescentar detalhes ou seções inteiras apenas na versão eletrônica, colocando informações em camadas, estabelecendo *links* ou removendo partes dos artigos, etc. Os autores precisam trabalhar em estreito contato com os editores para desenvolver ou usar esses novos formatos de publicação, devendo submeter à revisão pelos pares materiais para possível utilização em outras publicações eletrônicas.

O espaçamento duplo ao longo de todo o artigo— inclusive na folha de rosto, no resumo, texto, agradecimentos, referências, tabelas e legendas—e margens amplas permitem aos editores e revisores editar o texto linha a linha, acrescentando comentários e perguntas diretamente na cópia em papel. Se os artigos forem apresentados na forma eletrônica, os arquivos devem ter espaço duplo, pois pode ser preciso imprimir o original para revisão e edição.

Durante o processo editorial, os revisores e os editores podem precisar consultar partes específicas do artigo, o que se torna difícil se as páginas não estiverem numeradas. Por isso, os autores devem numerar consecutivamente todas as páginas do artigo, começando pela folha de rosto.

IV.A.1.b. Diretrizes para relatórios de estudos com projetos específicos

Os relatórios de pesquisas muitas vezes omitem informações importantes. As normas gerais indicadas na próxima seção dizem respeito aos elementos essenciais a serem incluídos em todos os tipos de estudos. Os autores são

incentivados também a consultar as diretrizes para relatórios que sejam relevantes para os seus projetos específicos de pesquisa. Para os relatórios de estudos aleatórios controlados, os autores devem consultar CONSORT statement. Esta diretriz fornece um conjunto de recomendações composta por uma lista de itens a serem relatados e um fluxograma para pacientes. Diretrizes para relatórios foram também elaboradas para uma série de outros projetos de estudo e alguns periódicos podem solicitar aos autores que as utilizem (ver Tabela: Diretrizes para Relatórios). Os autores devem consultar as informações para autores do jornal que escolheram para publicação de seu artigo.

Diretrizes para Relatórios

Iniciativa	Tipo de estudo	Fonte
CONSORT	estudos randomizados controlados	http://www.consort-statement.org
STARD	estudos de precisão diagnóstica	http://www.consort-statement.org/stardstatement.htm
QUOROM	revisões sistemáticas e meta-análises	http://www.consort-statement.org/Initiatives/MOOSE/moose.pdf
STROBE	estudos observacionais em epidemiologia	http://www.strobe-statement.org
MOOSE	meta-análises de estudos observacionais em epidemiologia	http://www.consort-statement.org/Initiatives/MOOSE/moose.pdf

IV.A.2. Folha de rosto

A folha de rosto deve conter as seguintes informações:

1. O título do artigo. Títulos concisos são mais fáceis de ler do que os longos e rebuscados. Porém, títulos curtos demais podem pecar pela falta de informações importantes, como por exemplo, o projeto do estudo (particularmente importante para identificar estudos controlados randomizados). Os autores devem incluir no título todas as informações que facilite a busca eletrônica do artigo.
2. Nomes dos autores e afiliação institucional. Alguns periódicos publicam o grau acadêmico mais elevado de cada autor, enquanto outros não o fazem.
3. Nome do(s) departamento(s) e da(s) instituição(ões) aos quais o trabalho deve ser atribuído.
4. Declaração de isenção de responsabilidade, se for o caso.
5. Autores responsáveis pela correspondência. Indicar nome, endereço de correspondência, números de telefone e fax, bem como o e-mail do autor responsável pela correspondência sobre o artigo (o autor “correspondente” pode ser ou não o “avalista”, aquele que vai se responsabilizar pela integridade do estudo como um todo, se alguém for indicado para essa finalidade). O autor correspondente deverá indicar claramente se seu endereço eletrônico deve ser publicado.
6. O nome e o endereço do autor a quem pedidos de cópias do artigo devem ser dirigidos ou uma declaração de que os autores não

- disponibilizarão cópias.
7. Fontes de recursos na forma de subsídios, equipamentos, fármacos ou todos esses.
 8. Um título resumido. Alguns periódicos exigem um título curto, em geral com no máximo 40 caracteres (contando-se letras e espaços), colocado na parte inferior da folha de rosto. Os títulos resumidos são publicados na maioria dos periódicos, mas são também às vezes usados na editoria para arquivamento e localização de artigos.
 9. . Uma contagem do Resumo em separado também é útil pela mesma razão.
 10. O número de figuras e tabelas. É difícil para a equipe editorial e os revisores dizer se as figuras e tabelas que deveriam ter acompanhado o artigo foram realmente anexadas, a menos que os números das figuras e das tabelas estejam indicados na página de rosto.

IV.A.3. Página de notificação de conflito de interesses

Para evitar que as informações sobre um eventual conflito de interesses de autores passem despercebidas ou sejam colocadas em lugar errado, é preciso que elas façam parte do artigo. Elas devem, portanto, ser incluídas em uma ou mais páginas separadas, imediatamente depois da página de rosto. Entretanto, cada revista pode recomendar que os autores coloquem essas informações em lugares diferentes e alguns periódicos nem mesmo encaminham informações sobre conflitos de interesse aos revisores. (***ver Seção II.D. Conflitos de Interesse***).

IV.A.4. Resumo e palavras-chave

O resumo (os requisitos de tamanho e formato variam de periódico a periódico) deve vir logo depois da página de rosto. O resumo deve fornecer as informações preliminares ou o contexto do estudo, a sua finalidade, os procedimentos básicos adotados (seleção dos sujeitos de pesquisa ou dos animais de laboratório, bem como os métodos observacionais e analíticos) e os principais resultados (mencionando-se o tamanho dos efeitos específicos e sua significância estatística, se possível) e as principais conclusões. O resumo deve enfatizar aspectos novos e importantes do estudo ou observações.

Uma vez que os resumos são a única parte significativa do artigo a ser indexada em muitos bancos de dados eletrônicos, e a única parte que muitos leitores lêem, os autores precisam cuidar para que os resumos reflitam exatamente o conteúdo do artigo. Infelizmente, muitos não correspondem ao texto do artigo(6). O formato exigido para os resumos estruturados difere de periódico para periódico, e algumas publicações utilizam mais de um formato; os autores devem garantir que a preparação de seus resumos esteja de acordo com o formato especificado pelo periódico que escolheram.

Alguns periódicos solicitam que, logo após o resumo, os autores forneçam, e identifiquem como tal, 3 a 10 palavras-chave ou frases curtas que expressem os principais tópicos do artigo. Essas palavras ajudarão na indexação cruzada do artigo e podem ser publicadas juntamente com o resumo. Devem ser usados

termos da lista *Medical Subject Headings (MeSH)* do *Index Medicus*; se essa lista não incluir termos adequados para conceitos recém-introduzidos, deve-se empregar a denominação mais usual na área.

IV.A.5. Introdução

A introdução fornece o contexto ou os antecedentes do estudo (isto é, a natureza do problema e sua significância). Indica a finalidade específica ou o objetivo da pesquisa, ou a hipótese testada pelo estudo ou observação; em geral, o objetivo da pesquisa é focado com mais precisão quando colocado como pergunta. Tanto os objetivos principais quanto os objetivos secundários devem ser claros e qualquer análise prevista de subgrupos deve ser descrita. Devem-se citar apenas as referências estritamente pertinentes e não incluir dados ou conclusões do trabalho que está sendo relatado.

IV.A.6. Métodos

A seção de Métodos deve incluir somente as informações disponíveis no momento em que o planejamento ou o protocolo do estudo estava sendo elaborado; todas as informações obtidas durante a realização do estudo devem ser colocadas na seção de Resultados.

IV.A.6.a. Seleção e descrição dos participantes

Nesta seção, deve ser descrita claramente a seleção de participantes observacionais ou experimentais (pacientes ou animais de laboratório, inclusive controle), mencionando-se os critérios de elegibilidade e exclusão e uma descrição da população-alvo. Como a importância de variáveis como idade e sexo com relação ao objeto da pesquisa nem sempre é clara, os autores devem explicar sua utilização quando essas variáveis estiverem incluídas no relato do estudo; por exemplo, os autores devem explicar por que somente sujeitos de determinadas idades foram incluídos ou por que as mulheres foram excluídas. O princípio orientador deve ser o da clareza de como e por que um estudo foi realizado de determinada maneira. Quando os autores usam variáveis como raça e etnia, devem definir como mediram as variáveis e justificar sua relevância.

IV.A.6.b. Informações técnicas

Identificar os métodos, aparelhos (fornecer o nome e endereço do fabricante entre parênteses) e procedimentos com detalhes suficientes para que outros pesquisadores possam reproduzir os resultados. Fornecer as referências de métodos já estabelecidos, inclusive dos métodos estatísticos (ver abaixo); dar referências e descrições resumidas dos métodos já publicados, mas que sejam pouco conhecidos; descrever métodos novos ou que tenham sofrido modificações significativas, explicando as razões para sua utilização e avaliando suas limitações. Identificar com precisão todos os fármacos e compostos químicos usados, inclusive o(s) nome(s) genérico(s), dose(s) e via(s) de administração.

Ao submeterem artigos de revisão, os autores devem incluir uma seção que descreva os métodos utilizados para localizar, extrair e resumir os dados.

Esses métodos devem ser apresentados de forma sucinta também no resumo.

IV.A.6.c. Estatística

Os métodos estatísticos devem ser descritos com detalhes suficientes para que um leitor com conhecimento do assunto possa ter acesso aos dados originais para confirmar os resultados apresentados. Quando possível, os achados devem ser quantificados e apresentados com os indicadores adequados de medição de erro ou incerteza (tais como intervalos de confiança). Deve-se evitar basear-se somente em testes estatísticos de hipóteses, tais como o uso de valores P, que não fornecem informações importantes sobre o tamanho do efeito. As referências sobre o projeto do estudo e os métodos estatísticos devem ser, sempre que possível, de trabalhos reconhecidos (com indicação das páginas). É preciso definir os termos estatísticos, as abreviaturas e a maioria dos símbolos, assim como indicar o software usado.

IV.A.7. Resultados

Os resultados devem ser apresentados em uma seqüência lógica no texto, nas tabelas e nas ilustrações, mencionando primeiro os principais ou mais importantes achados. Os dados das tabelas ou ilustrações não devem ser repetidos no texto; devem-se enfatizar ou resumir apenas as observações importantes. Informações extras ou complementares, assim como os detalhes técnicos, podem ser colocados em um anexo, onde poderão ser acessados sem interromper o fluxo do texto; uma outra opção é publicar essas informações somente na versão eletrônica da revista.

Quando os dados são resumidos na seção de Resultados, os resultados numéricos devem ser indicados não apenas como valores derivados (por exemplo, porcentagens), mas também como números absolutos a partir dos quais os derivados foram calculados, especificando-se os métodos estatísticos usados para analisá-los. O uso de tabelas e figuras deve ficar restrito àquelas necessárias para explicar a premissa do trabalho e para avaliar seu embasamento. Em vez de usar tabelas com excesso de dados, devem-se usar gráficos, evitando apresentar os mesmos dados nos gráficos e nas tabelas. Deve-se evitar atribuir um sentido não técnico para termos técnicos em estatística, como “aleatório” (que implica um método de randomização), “normal,” “significante,” “correlações” e “amostra.”

Quando for apropriado do ponto de vista científico, devem ser incluídas análises dos dados por meio de variáveis como idade e sexo.

IV.A.8. Discussão

Devem-se enfatizar os aspectos novos e importantes do estudo e as conclusões deles derivadas. Não repetir em detalhes dados ou outras informações já apresentados nas seções Introdução ou Resultados. No caso de estudos experimentais, é conveniente iniciar a discussão fazendo um rápido resumo dos principais achados, e em seguida explorar os possíveis mecanismos ou explicações para esses achados, comparar e contrastar os resultados com outros

estudos relevantes, declarar as limitações do estudo e explorar as implicações dos achados para as pesquisas futuras e para a prática clínica.

Deve-se estabelecer a relação entre as conclusões e os objetivos do estudo, evitando porém fazer afirmações e tirar conclusões que não tenham sido adequadamente corroboradas pelos dados. Os autores devem evitar principalmente fazer afirmações sobre benefícios econômicos e custos, a menos que o artigo contenha dados e análises econômicas apropriadas. Deve-se evitar a alegação de prioridade e fazer alusões a trabalhos ainda não concluídos. Quando for o caso, novas hipóteses podem ser propostas, deixando claro, porém, que não passam de hipóteses.

IV.A.9. Referências

IV.A.9.a. Considerações gerais sobre as referências

Embora as referências a artigos de revisão possam ser uma forma eficiente de orientar os leitores para um corpus de literatura, os artigos de revisão nem sempre refletem com precisão os trabalhos originais. Por esse motivo, sempre que possível, os leitores devem ter acesso direto às referências das pesquisas originais. Por outro lado, listas extensas de referências dos artigos originais sobre um determinado tópico podem tomar espaço excessivo na página impressa. Um pequeno número de referências muitas vezes funciona tão bem quanto listas exaustivas, principalmente por que atualmente as referências podem ser anexadas à versão eletrônica de trabalhos publicados, e a busca eletrônica permite aos leitores obter de maneira bastante prática informações sobre a literatura publicada.

Deve-se evitar usar resumos como referências. Referências a trabalhos aceitos, mas ainda não publicados, devem ser designadas como “no prelo” ou “a ser publicado em breve”, com o cuidado de se obter permissão por escrito para citar tais trabalhos, além de verificar se foram realmente aceitos para publicação. Informações retiradas de manuscritos apresentados, mas não aceitos, devem ser citadas como “observações não publicadas”, com a permissão por escrito da fonte.

Deve-se evitar citar uma “comunicação pessoal”, a menos que a informação a que a citação se refira seja essencial e não possa ser obtida de nenhuma fonte pública, em cujo caso o nome da pessoa e a data da comunicação devem ser citados entre parênteses no texto. No caso de artigos científicos, os autores devem obter permissão por escrito e confirmação da precisão da fonte de uma comunicação pessoal.

Alguns periódicos verificam a exatidão das citações de referências, mas nem todos fazem isso e muitas vezes esses erros aparecem nas versões publicadas dos artigos. Para minimizar tais erros, os autores devem verificar as referências nos documentos originais. Os autores têm a responsabilidade de verificar se alguma das referências cita artigos retratados, exceto quando se esteja fazendo menção à própria retratação. Para artigos publicados em revistas indexadas no MEDLINE, o ICMJE considera o PubMed (<http://www.pubmed.gov>) como a fonte

autorizada de informações sobre artigos retratados. Os autores podem identificar artigos retratados no MEDLINE utilizando o seguinte termo de busca, onde “pt” entre chaves significa tipo de publicação: Retracted publication [pt] in PubMed.

IV.A.9.b. Estilo e formato das referências

De modo geral, o estilo dos Requisitos de Uniformidade baseia-se em um estilo padrão ANSI adaptado pela Biblioteca Nacional de Medicina (*National Library of Medicine - NLM*) para seus bancos de dados. (7) Para ver exemplos de formatos de citação de referências, os autores devem consultar o *site* da Biblioteca.

As referências devem ser numeradas consecutivamente e na ordem em que aparecem no texto, devendo ser identificadas no texto, nas tabelas e nas legendas por meio de algarismos arábicos entre parênteses. As referências citadas apenas em tabelas ou em legendas de figuras devem ser numeradas de acordo com a seqüência estabelecida pela primeira identificação no texto da tabela ou figura em questão. Os títulos das revistas devem ser abreviados de acordo com o estilo usado no Index Medicus. Consulte a lista de revistas indexadas pelo MEDLINE, publicada anualmente em separado pela Biblioteca Nacional de Medicina. A lista pode ser obtida também pelo *site* Library's web site. As revistas podem solicitar aos autores que citem referências eletrônicas entre parênteses dentro do texto ou como referências numeradas depois do texto. Os autores devem consultar o periódico para esclarecer como devem apresentar as referências.

IV.A.10. Tabelas

As tabelas são uma forma eficiente de condensar e exibir informações, além de fornecer dados com os níveis de detalhamento e precisão desejados. A inclusão de dados em tabelas, e não no texto, em geral permite reduzir o tamanho do texto.

Toda tabela deve ser digitada ou impressa com espaços duplos em uma folha separada. Em seguida, as tabelas devem ser numeradas consecutivamente na ordem de sua primeira citação no texto e receber um título conciso. Não se devem usar linhas internas horizontais ou verticais. Cada coluna deve receber um nome curto ou abreviado. As notas explicativas devem ser colocadas abaixo da tabela e não no topo. As abreviaturas não padronizadas devem ser explicadas em notas de rodapé. Para as notas de rodapé, os seguintes símbolos devem ser usados, nesta seqüência:

*, †, ‡, §, ||, ¶, **, ††, ‡‡

As medidas de variações estatísticas, por exemplo desvio-padrão e erro-padrão da média, devem ser identificadas.

Cada tabela deve ser citada no texto.

Se forem utilizados dados de uma outra fonte, publicada ou não, é preciso obter permissão e indicar a fonte na íntegra.

Tabelas extras com grandes quantidades de dados podem ser extensas demais para serem impressas, prestando-se mais para publicação na versão eletrônica do periódico, para serem armazenadas em um sistema de arquivo ou disponibilizadas para os leitores diretamente pelos autores. Nesse caso, deve-se inserir no texto uma informação a esse respeito. Essas tabelas devem ser apresentadas juntamente com o trabalho, para que sejam avaliadas pelos pares.

IV.A.11. Ilustrações (figuras)

As figuras devem ser desenhos ou fotografias com qualidade profissional, ou apresentadas como cópias digitais de qualidade fotográfica. Além de solicitar uma versão adequada das figuras para impressão, alguns periódicos atualmente solicitam os arquivos eletrônicos das figuras em formatos determinados (por ex., JPEG ou GIF), que produzirão imagens de alta qualidade na versão eletrônica do periódico; os autores devem avaliar as imagens desses arquivos em uma tela de computador antes de apresentá-las, para se certificar de que atendem aos requisitos de qualidade.

No caso de filmes de raio-X, e outras imagens diagnósticas, assim como fotos de espécimes patológicos ou fotomicrografias, as fotos enviadas devem ser nítidas, impressas em papel brilhante, em preto e branco ou em cores, em geral no tamanho de 127 x 173 mm. Embora alguns periódicos refaçam a arte das figuras, muitos não o fazem. Por isso, as letras, números e símbolos que fazem parte das figuras devem ser nítidos e uniformes, e de tamanho suficiente para que, quando reduzidos para publicação, continuem legíveis. As figuras devem ser auto-explicativas ao máximo, uma vez que muitas serão usadas diretamente em apresentações com slides. Os títulos e explicações detalhadas, porém, devem ficar nas legendas e não nas próprias ilustrações.

As fotomicrografias devem conter marcadores internos de escala. Os símbolos, setas ou letras usados nas fotomicrografias devem contrastar com o fundo.

Caso sejam usadas fotografias de pessoas, os sujeitos não devem ser identificáveis ou suas imagens devem vir acompanhadas de permissão por escrito para uso da fotografia (*ver Seção II.E.1*). Sempre que possível, deve-se obter permissão para a publicação.

As figuras devem ser numeradas consecutivamente na ordem em que aparecem pela primeira vez no texto. Se uma figura já tiver sido publicada, a fonte original deve ser citada, apresentando-se por escrito a permissão do detentor do direito autoral para reproduzir o material. A permissão é exigida independentemente da autoria ou do editor, exceto no caso de documentos que já sejam de domínio público.

Para ilustrações em cores, é preciso verificar se a revista exige negativos em cores, transparências positivas ou fotografias impressas. Desenhos que indicam a região a ser reproduzida podem úteis para o trabalho do editor. Algumas revistas publicam ilustrações em cores somente se o autor pagar pelo custo

incorrido.

Os autores devem consultar o periódico a respeito dos requisitos sobre figuras apresentadas em formatos eletrônicos.

IV.A.12. Legendas das ilustrações (figuras)

As legendas devem ser digitadas com espaço duplo, começando em página separada, com algarismos arábicos correspondentes às ilustrações. Quando se usarem símbolos, setas, números ou letras para identificar partes das ilustrações, cada um deles deve ser identificado e explicado claramente na legenda. A escala interna também deve ser explicada, assim como identificado o método de corante usado nas fotomicrografias.

IV.A.13. Unidades de medida

Medidas de comprimento, altura, peso e volume devem ser informadas em unidades métricas (metro, quilograma ou litro) ou seus múltiplos decimais.

As temperaturas devem ser em graus Celsius. As medidas de pressão arterial devem ser em milímetros de mercúrio, a menos que outras unidades sejam especificamente exigidas pela revista.

Os periódicos variam quanto ao uso das unidades para relatar medidas hematológicas, análises clínicas ou outras medidas. Os autores devem consultar as informações para autores do periódico e relatar os resultados laboratoriais tanto no sistema local quanto no Sistema Internacional de Unidades (SI). Os editores podem solicitar que, antes da publicação, os autores acrescentem unidades alternativas ou que não sejam SI, uma vez que as unidades SI não são usadas universalmente. As concentrações de fármacos devem ser informadas em SI ou em unidades de massa, mas a alternativa deve ser dada entre parênteses quando for o caso.

IV.A.14. Abreviaturas e símbolos

Somente abreviaturas padronizadas devem ser usadas; o uso de abreviaturas não padronizadas pode ser extremamente confuso para os leitores. Evite usar abreviaturas no título. Com exceção das unidades padrão de medida, todos os termos a serem abreviados devem ser escritos por extenso seguidos de sua abreviatura, na primeira vez em que aparecem no texto.

IV.B O envio do artigo ao periódico

Um número cada vez maior de periódicos vem aceitando artigos enviados por via eletrônica, seja em disquete, anexo à mensagem eletrônica ou por *download* direto no *site* do periódico. Esse tipo de envio economiza tempo e custos com postagem, além de permitir que o artigo seja manuseado de forma eletrônica durante todo o processo editorial (por exemplo, quando é enviado para revisão). Os autores devem consultar as instruções do periódico que escolheram para publicar seu artigo.

Se for enviada uma versão impressa, é preciso enviar também o número solicitado de cópias do artigo e das figuras, pois essas cópias serão usadas para a revisão pelos pares e para edição. Não se deve esperar que a equipe editorial faça as cópias necessárias.

Os artigos devem ser enviados junto com uma carta de encaminhamento contendo as seguintes informações:

- Uma declaração completa para o editor sobre todos os artigos e relatos anteriores que possam ser considerados como publicação redundante ou duplicada do mesmo artigo ou de um artigo muito semelhante. Qualquer trabalho desse tipo deve ser especificamente mencionado e referenciado no novo trabalho. Cópias desse material devem ser incluídas com o artigo sendo apresentado, para ajudar o editor a decidir sobre como lidar com o assunto.
- Uma declaração de relacionamentos financeiros ou de outra natureza que possam gerar conflito de interesse, caso essa informação não seja incluída no corpo do artigo ou em formulário preenchido pelos autores.
- Uma declaração de que o artigo foi lido e aprovado por todos os autores, que os requisitos de autoria mencionados neste documento foram observados e que cada autor acredita que o artigo seja produto de trabalho honesto, caso essa informação não tenha sido fornecida de outra forma (ver abaixo); e
- O nome, endereço e telefone do autor designado como correspondente, que seja responsável pela comunicação com os outros autores sobre as revisões e a aprovação final das provas, caso essas informações não tenham sido fornecidas no próprio corpo do artigo.

A carta deve fornecer quaisquer outras informações que possam ser úteis para o editor, tal como o tipo ou formato do artigo que o manuscrito representa naquele periódico específico. Se o artigo tiver sido submetido anteriormente a outra publicação, é conveniente incluir os comentários do editor e do avaliador anteriores, juntamente com as respostas a esses comentários. Os editores estimulam os autores a enviar essas comunicações anteriores, pois fazer isso pode agilizar o processo de avaliação.

Atualmente, muitos periódicos fornecem um *checklist* para ajudar os autores a verificar, antes da apresentação do artigo, se todos os itens foram incluídos. Alguns periódicos têm exigido também que os autores preencham *checklists* de relatórios de certos tipos de estudo (por ex., o *checklist* CONSORT para relatórios de estudos randomizados controlados). Os autores devem verificar se o periódico exige esses *checklists*, e, em caso afirmativo, deve enviá-los com o artigo.

Também devem acompanhar o manuscrito cópias das autorizações obtidas para reproduzir material publicado, usar ilustrações, repassar informações sobre pessoas identificáveis ou mencionar pessoas que colaboraram.

V. Referências

A. Referências impressas citadas neste documento

1. Davidoff F for the CSE Task Force on Authorship. . Who's the Author? Problems with Biomedical Authorship, and Some Possible Solutions. Science Editor. July-August 2000: Volume 23 - Number 4: 111-119.
2. Yank V, Rennie D. Disclosure of researcher contributions: a study of original research articles in The Lancet. Ann Intern Med. 1999 Apr 20;130(8):661-70.
3. Flanagan A, Fontanarosa PB, DeAngelis CD. Authorship for research groups. JAMA. 2002;288:3166-68.
4. Peer Review in Health Sciences. F Godlee, T Jefferson. London: BMJ Books, 1999.
5. World Medical Association Declaration of Helsinki: ethical principles for medical research involving human subjects. JAMA. 2000 Dec 20;284(23):3043-5.
6. Pitkin RM, Branagan MA, Burmeister LF. Accuracy of data in abstracts of published research articles. JAMA. 1999 Mar 24-31;281(12):1110-1.
7. Patrias K. National Library of Medicine recommended formats for bibliographic citation. Bethesda (MD): The Library; 1991.

B. Outras fontes de informações relacionadas a periódicos biomédicos

World Association of Medical Editors (WAME) www.WAME.org

Council of Science Editors www.councilscienceeditors.org

European Association of Science Editors www.ease.org.uk

Cochrane Collaboration www.cochrane.org

The Mulford Library, Medical College of Ohio www.mco.edu/lib/instr/libinsta.html

VI. Sobre os editores do Comitê Internacional de Periódicos Médicos

O Comitê Internacional de Editores de Periódicos Médicos (ICMJE) é um grupo de editores de periódicos médicos em geral, cujos participantes se reúnem anualmente e financiam o trabalho sobre os Requisitos de Uniformidade. O ICMJE convida os interessados a enviarem comentários sobre o presente documento e fazerem sugestões de itens para a agenda.

VII. Autores dos Requisitos de Uniformidade para Artigos Submetidos a Periódicos Biomédicos.

Os periódicos e organizações participantes do ICMJE e seus representantes que aprovaram, em julho de 2005, a versão revisada dos Requisitos de Uniformidade para Artigos incluem: *Annals of Internal Medicine*, *British Medical Journal*,

Canadian Medical Association Journal, Croatian Medical Journal, Journal of the American Medical Association, The Dutch Medical Journal (Nederlands Tijdschrift voor Geneeskunde), New England Journal of Medicine, New Zealand Medical Journal, The Lancet, The Medical Journal of Australia, Tidsskrift for Den Norske Laegeforening, Journal of the Danish Medical Association (Ugeskrift for Laeger) e a Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos (U.S. National Library of Medicine).

VIII. Uso, distribuição e tradução dos Requisitos de Uniformidade

A norma do ICMJE é a de que as organizações interessadas acessem o documento oficial em língua inglesa no *site* www.ICMJE.org. O ICMJE não endossa a inserção deste documento em outros *sites* além do www.ICMJE.org.

O ICMJE convida as organizações a copiar ou traduzir este documento para outros idiomas além do inglês, desde que não seja para fins lucrativos. Entretanto, o ICMJE não dispõe de recursos para traduzir, verter ou aprovar versões copiadas ou traduzidas deste documento. Assim, qualquer impressão ou tradução deve incluir, em local visível, a seguinte declaração: "Esta é uma (impressão / tradução para o idioma (nome da língua) dos Requisitos ICMJE de Uniformidade para Artigos Submetidos a Periódicos Biomédicos. A (inserir nome da organização) preparou a presente tradução com o apoio de (inserir nome da fonte de financiamento, se houver). O ICMJE não endossou e nem aprovou o teor desta impressão / tradução. O ICMJE atualiza periodicamente os Requisitos de Uniformidade, de forma que esta impressão / tradução preparada em (inserir data) pode não representar fielmente a versão atualizada oficial disponível em www.ICMJE.org." A versão oficial dos Requisitos de Uniformidade para Artigos Submetidos a Periódicos Biomédicos está no site www.ICMJE.org

Não exigimos que indivíduos ou organizações que imprimem ou traduzem os Requisitos de Uniformidade para Artigos Submetidos a Periódicos Biomédicos solicitem permissão formal, por escrito, do ICMJE. Entretanto, o ICMJE solicita que tais indivíduos ou organizações forneçam à Secretaria do ICMJE a citação dessa impressão ou tradução, de forma que possamos manter um registro de tais versões do documento.

IX. Questões

Perguntas sobre os Requisitos Uniformizados devem ser endereçadas a Christine Laine, MD, MPH at the ICMJE Secretariat office American College of Physicians, 190 N. Independence Mall West , Philadelphia, PA 19106-1572, USA. , fax 215-351-2644, email: claine@acponline.org

Favor não enviar pedidos de informações sobre estilos ou políticas de periódicos específicos à Secretaria do ICMJE.